

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A REDE DE PROTEÇÃO AO EDUCANDO COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA PÚBLICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Ana Paula Procópio da Silva –

Rosangela Pereira da Silva –

1. HISTÓRICO DA REDE DE PROTEÇÃO AO EDUCANDO - RPE

A Rede de Proteção ao Educando foi implantada em 2007, pela Prefeitura da Cidade de Rio de Janeiro, através das Secretarias Municipais de Assistência Social e Educação, visando combater a evasão escolar.

A necessidade de implantação de uma Rede de Proteção ao Educando nas escolas da rede pública municipal, teve como ponto de partida as transformações vividas pela sociedade, com rebatimento nas famílias e alteração das condições de cuidado com crianças e adolescentes, impondo novos desafios a professores, gestores e famílias.

A presença dos assistentes sociais, sobretudo, nas escolas, tem sido tomada como a presença de um profissional que possa contribuir com a ampliação do processo educacional em sentido amplo, ou seja, contribuindo para o acesso e a permanência das crianças e jovens na educação escolarizada, assim como para a extensão dessa convivência para outros membros da família, que por razões sociais diversas não concluíram ou experimentaram plenamente esta oportunidade. (ALMEIDA, p. 4, 2006)

Assim, a Rede de Proteção ao Educando foi criada como um esforço de contribuir, através de articulações inter-setoriais e ações interdisciplinares (assistentes sociais, psicólogos e educadores) para o enfrentamento dos problemas existentes, bem como para a busca de estratégias

de ação preventiva, capazes de reduzir a médio e longo prazo, os problemas hoje identificados. Desse modo, a proposta é que profissionais de Serviço Social e Psicologia possam se somar aos profissionais da Educação, para juntos elaborarem novas abordagens dessas questões no cotidiano escolar.

Atualmente, os assistentes sociais atuam em conjunto com 112 psicólogos, estes últimos coordenados pelo Instituto Helena Antipoff da Secretaria Municipal de Educação, nas unidades escolares das dez Coordenadorias Regionais de Educação.

Os assistentes sociais e psicólogos da RPE com suas experiências nesse período têm se empenhado em buscar estratégias de enfrentamento às problemáticas que comprometem o acesso e a permanência dos alunos na escola, tais como: *baixa frequência, evasão escolar, dificuldades de aprendizagem, indisciplina, diferentes formas de violência, falta de perspectiva com relação ao estudo, o trabalho infantil.*

A Educação, além de um direito de todos e dever do Estado e da Família como apregoam o Art. 205 da Constituição Federal de 1988 e o Art. 2 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), implica compartilhar saberes e experiências/vivências em um processo de construção e transmissão de conhecimento com o qual o sujeito vai adquirindo ferramentas para realizar a sua própria escrita e leitura de mundo. Tem papel fundamental na formação do sujeito que, com a sua singularidade, exercerá a cidadania.

Tomando por base que a construção do conhecimento se dá na ordem da implicação de todos os sujeitos envolvidos, uma vez que compreendem processos interacionais e a complexidade do cotidiano escolar, a atuação da equipe da Rede de Proteção ao Educando pauta-se na perspectiva de discutir e refletir com a comunidade escolar as demandas trazidas e a busca de possíveis soluções.

É um ponto de partida que busca ultrapassar a compreensão da educação apenas restrita à transmissão de conteúdos para aludir às variadas questões que interferem no cotidiano escolar, ou seja, as dificuldades de aprendizagem, o baixo rendimento escolar, a evasão, a violência, as drogas,

a gravidez na adolescência, relações familiares e mesmo as condições de trabalho e socioeconômicas dos educadores.

Considerando que os problemas surgidos no contexto escolar não estão centrados apenas na figura do aluno, mas resultam das relações que se estabelecem nos contextos familiar, social e escolar. Assim, as intervenções propostas são necessariamente intersetoriais, interdisciplinares e multifocais, visto que a escola se constitui em um espaço privilegiado de produção de subjetividades, construção de sociabilidades, manifestação e enfrentamento da questão social pelo seu papel fundamental na constituição dos sujeitos.

Desse modo, a presente sistematização é fruto do amadurecimento das ações, reflexões e documentos produzidos pelos profissionais (relatórios, projetos, planos de ação) nestes dois anos e meio de implantação da Rede de Proteção ao Educando, e tem por base as diversas experiências vividas pelas equipes nesse percurso.

2- O SERVIÇO SOCIAL NA RPE E A QUESTÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE

O trabalho da RPE foi concebido para se constituir em um trabalho interdisciplinar, com a atuação de assistentes sociais, psicólogos e educadores, através da construção de ações coletivas para o enfrentamento das expressões da questão social latentes no espaço escolar.

A interdisciplinaridade envolve ações comuns entre profissionais de diferentes especialidades, levando-se em conta uma relação horizontal, com objetivos claros e plurais, onde cada profissional deve trazer a debate o seu saber e estar aberto para colocar-se em sintonia com outras disciplinas. Neste sentido, o trabalho em equipe se orienta pela perspectiva de totalidade, pensando o sujeito em sua subjetividade e particularidades nas diversas relações sociais que estabelece.

Assistentes sociais, psicólogos e educadores têm uma função estratégica na análise crítica da realidade, no sentido de fomentar o debate sobre o reconhecimento e defesa da educação como política social, reforçando a visão de que o enfrentamento das questões identificadas

devem ser consideradas numa perspectiva coletiva e não individualizada, evitando práticas de culpabilização entre os diversos atores envolvidos.

A interdisciplinaridade não pode prescindir de uma boa dose de disciplinaridade, ou seja, é necessário que os profissionais envolvidos em trabalhos interdisciplinares funcionem como um pêndulo, que ele seja capaz de ir e vir: encontrar no trabalho com os outros agentes, elementos para a (re) discussão do seu lugar e encontrar nas discussões atualizadas pertinentes ao seu âmbito interventivo os conteúdos possíveis de atuação interdisciplinar. Neste caso, estariam desenvolvendo uma parceria sobre um mesmo espaço profissional onde diferentes ângulos de intervenção são produzidos, sem que uma proposta comum seja sistematizada. (MELLO e ALMEIDA, 2000)

Nesta direção, os assistentes sociais atuam balizados por parâmetros que compartilhem as atividades, valorizem os diferentes saberes que enriquecem a análise e intervenção na realidade, garantindo espaços de construção coletiva para estudo, planejamento e avaliação do trabalho na Rede de Proteção ao Educando.

Exemplo de tal direção são os objetivos e a metodologia do Plano de trabalho elaborado interdisciplinarmente pelos assistentes sociais e psicólogos da RPE da 1ª CRE para o trabalho com os educandos, docentes e família do território para o ano corrente.

EDUCANDOS	
Objetivos	Metodologia
Promover espaços de escuta que possibilitem atuar nos fatores sociais, culturais e psicológicos que se manifestam no processo ensino / aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da equipe RPE em todas as turmas; • Criação de espaços de acolhimento/escuta; • Realização de atividades que possibilitem articulação da vida escolar com o seu cotidiano e projetos futuros;
Criar espaços de reflexão acerca da representação da escola, as formas de estar no mundo e a educação na construção de projetos de vida	
Promover espaços de reconhecimento crítico acerca dos desafios da realidade socioeconômica, cultural, ambiental e política;	
Intervir nos mecanismos desencadeadores da infrequência e evasão escolar	
Estimular o protagonismo juvenil	
DOCENTES	
Objetivos	Metodologia
Colaborar na construção de estratégias para o enfrentamento das dificuldades que surgem na prática docente	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da equipe RPE e de suas propostas de trabalho ao corpo docente; • Elaboração e execução de projetos em parceria com o corpo docente; • Participação em espaços coletivos (reuniões temáticas, Centro de Estudo, Conselhos de Classe e outros); • Realização de grupos com os professores; • Exibição de vídeos e realização de debates; • Estudos de casos; • Criação de espaços de acolhimento/escuta.
Sensibilizar os professores para reflexões acerca do cotidiano do educando e demais questões transversais ao processo de ensino-aprendizagem	
Promover espaços de escuta para que os professores possam falar de sua posição em relação ao trabalho que realizam (dificuldades, impasses, conquistas, anseios etc.)	
FAMÍLIA	
Objetivos	Metodologia
Promover reflexões junto à família acerca do processo educacional desenvolvido na escola;	<ul style="list-style-type: none"> • Participação efetiva da equipe nos espaços em que a escola interaja com os familiares; • Ampliação e fortalecimento da rede de recursos sócio-assistenciais; • Criação de espaços de acolhimento/escuta; • Desenvolvimento de pesquisas para levantamento de perfis sócio-econômicos; • Realização de grupos com as famílias dos educandos infrequentes; • Realização de grupo aberto com as famílias dos educandos para prevenção de infrequência/evasão • Realização de oficinas socioculturais; • Promoção de atividades culturais externas com a participação dos familiares; • Atendimentos individuais • Visita domiciliar
Acolher as famílias em suas demandas enfocando os laços de afetividade, afinidade, respeito e responsabilidade entre os seus membros;	
Fortalecer a participação, o acompanhamento da família no cotidiano escolar e sua representação nos processos decisórios da escola;	
Socializar as informações pertinentes a garantia de seus direitos sociais;	
Problematizar com as famílias a questão da infrequência/evasão escolar;	

3- ORGANIZAÇÃO E CONCEPÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA RPE

A Gerência de Serviço Social na Educação – GSSE, composta por uma gerente e três supervisores/as, é responsável por coordenar o trabalho dos 122 assistentes sociais da Rede de Proteção ao Educando vinculados à Coordenação do Sistema Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro – SIMAS/SMAS que em sua feição atual prioriza a gestão intersetorial do trabalho do Serviço Social no município.

a) O trabalho da Gerência do Serviço Social na Educação – GSSE está direcionado para a realização das seguintes atribuições:

- Gerenciar e supervisionar as ações desenvolvidas pelos profissionais de serviço Social que atuam junto às Escolas Municipais nas dez Coordenadorias Regionais de Educação;
- Estabelecer articulação entre as Secretarias Municipais de Assistência Social e Educação, objetivando garantir a intersetorialidade e complementaridade de programas e projetos;
- Instrumentalizar os profissionais do Serviço Social para implementação das ações nas unidades escolares;
- Promover as interfaces e articulações necessárias com a rede de serviços da proteção Social Básica e especial, buscando a integração de todos os atores envolvidos;
- Desenvolver dinâmica de trabalho com os assistentes sociais em sua interação com os profissionais da Educação, numa perspectiva interdisciplinar, tendo em vista os interesses e necessidades da comunidade escolar;
- Estabelecer instrumentos unificados para o registro, monitoramento e avaliação do trabalho realizado, em articulação com a Coordenadoria de Desenvolvimento, Monitoramento e Avaliação – CDMA;
- Identificar demandas oriundas das expressões da questão social que atravessam o cotidiano escolar, a fim de priorizar ações, projetos e programas.

A Gerência do Serviço Social na Educação compartilha da concepção que entende a educação para além da especialização do indivíduo para o mercado de trabalho, e a defende como um processo formador de cidadãos críticos, “*garantindo a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber*” (LDB, 1996; Art. 3, inciso II).

A escola é identificada como um espaço privilegiado e estratégico para a formação integral. Para tanto é imprescindível que a mesma se configure como um espaço democrático de participação da comunidade escolar (alunos, famílias, comunidade e profissionais que nela atuam), de respeito e valorização das diferenças, considerando o aluno como sujeito do processo ensino aprendizagem e detentor de conhecimentos acumulados em sua vivência.

Desse modo,

A presença dos assistentes sociais nas escolas expressa a compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitária que fundam a educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de formas de sociabilidade humana nas quais o acesso ao direito é fundamental. (ALMEIDA, p. 6, 2006)

Os profissionais de Serviço Social na RPE têm como objeto de trabalho a questão social que se expressa de diferentes formas na sociedade como, por exemplo, o desemprego, a violência, a precarização do trabalho, dentre outras, com base numa apreensão crítica dos processos de produção e reprodução das relações sociais, que requisitam da profissão competências e atribuições definidas com base na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93).

O Serviço Social tende a sair do lugar de serviço complementar à Educação para ser reconhecido como elemento fundamental à perspectiva curricular. Sua contribuição consiste em identificar e propor alternativas de enfrentamento aos fatores sociais, culturais e econômicos que

interferem no processo educacional, de forma a cooperar com a efetivação da educação como um direito e como elemento importante à cidadania.

(PEQUENO, 2006)

A orientação à atuação dos profissionais é demarcada também pelo parecer jurídico 23/00 de 22 de outubro de 2000, do Conselho Federal de Serviço Social que preconiza o desenvolvimento das seguintes funções na área da Educação:

- Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para a caracterização da população escolar;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e comunitárias com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- Realização de visitas sociais com objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93.

Com base nas fundamentações teóricas e concepções referidas o objetivo geral do Serviço Social na RPE é:

Contribuir para a garantia da educação enquanto direito social preconizado na Constituição Federal em 1988, e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a partir de ações que promovam o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos alunos das escolas da rede municipal da cidade do Rio de Janeiro, contribuindo na construção de uma educação pública de qualidade, que vise a preparação para o exercício pleno da cidadania, atuando nos diversos fatores sociais e psicológicos presentes no processo de ensino-aprendizagem.

3 - METODOLOGIA DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA RPE

Inicialmente é importante ressaltar que os profissionais do Serviço Social que atuam na Rede de Proteção ao Educando não se tornam integrantes permanentes das unidades escolares, mas sim, uma equipe técnica itinerante, que trabalha junto às equipes das escolas, com o objetivo de instrumentalizá-las para melhor compreensão da realidade, melhor escuta e acolhimento às questões trazidas por alunos, famílias e profissionais. Desse modo, a proposta é desenvolver novas posturas e projetos de trabalho, contribuindo para que a equipe da escola se torne autônoma, capaz de replicar os novos conhecimentos, habilidades e projetos nos anos seguintes.

É proposto como uma linha geral às equipes que os planos de trabalho para as escolas sejam formulados para o período de um ano, ao final do qual será avaliado o alcance dos resultados previstos, e a necessidade ou não de continuidade dos mesmos.

Os planos de trabalho podem ser pensados em duas modalidades:

- a) Escolas prioritárias – aquelas nas quais se realizou um diagnóstico preliminar, e que apontou um conjunto de situações que demandam uma ação mais intensiva da equipe interdisciplinar, envolvendo educadores, alunos e famílias. Estas escolas serão definidas a partir de uma análise conjunta entre a equipe técnica, a CRE e as supervisoras da Gerência do Serviço Social na Educação;
- b) Projetos especiais - aqueles elaborados em função de temáticas (ex: protagonismo infanto-juvenil; sexualidade; combate aos preconceitos; violência e indisciplina; auto-estima e cidadania, geração de trabalho e renda, entre outros), ou grupos específicos (alunos, profissionais da educação, familiares) que agreguem participantes de mais de uma escola. Também poderão ser elaborados projetos de pesquisa que venham a contribuir para a construção de conhecimentos, diagnósticos, sistematização de experiências e demais estudos de interesse para o trabalho do Serviço Social na Educação.

Diante da complexidade das questões identificadas no universo escolar ao longo destes dois anos e meio, foi considerado fundamental que o trabalho possa ser desenvolvido por duplas de assistentes sociais e psicólogos sempre que possível, visando garantir a interdisciplinaridade, a ampliação da quantidade e da qualidade das ações.

3.1. O TRABALHO DOS SUPERVISORES DA GSSE COM A EQUIPE DE ASSISTENTES SOCIAIS

Na perspectiva de trabalho proposta aos assistentes sociais da RPE a prática profissional é entendida como uma possibilidade de produção de conhecimento, ou seja, um tipo de saber que é elaborado a partir do fazer profissional.

Os profissionais são pesquisadores quando usam da reflexão contínua sobre sua prática como forma de produzir conhecimentos tão importantes quanto a pesquisa acadêmica, tomando a dimensão investigativa da ação profissional. Assim, as experiências práticas que têm ocorrido no campo da educação são temas de elaborações a partir das reuniões de supervisão.

Nesse sentido, a supervisão na Rede de Proteção ao Educando tem o papel de orientar os profissionais a transformar as suas práticas profissionais em objeto de reflexão, principalmente, por meio das seguintes ações:

- Acompanhamento do trabalho em campo, através de reuniões semanais com a equipe para discussão sobre a organização do processo de trabalho, planejamento e avaliação;
- Contribuir para a revisão dos instrumentos de registro e sistematização do trabalho.
- Reuniões semanais com a Gerência do Serviço Social na Educação para planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho.
- Monitoramento das ações desenvolvidas, através da análise, discussão dos planos de trabalho, dos relatórios técnicos e avaliações.

- Identificação de demandas para capacitação profissional, contribuindo na organização de cursos, fóruns, seminários.
- Articulação de ações conjuntas para viabilizar a proposta da Rede de Proteção ao Educando, em especial com Coordenadorias de Assistência Social e Coordenadorias Regionais de Educação.

3.2. O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS UNIDADES ESCOLARES

A inserção dos assistentes sociais nas unidades escolares de ensino fundamental do município do Rio de Janeiro é resultado da histórica atuação dos profissionais na defesa das políticas públicas, especialmente na área da educação. Mas também é fruto das necessidades sócio-institucionais da rede pública de educação do Rio de Janeiro.

Tal rede em sua complexidade é composta por **1.063** escolas do Ensino fundamental com **297.841** alunos matriculados no 1º segmento (Ciclo de Formação, 4º e 5º ano) e **256.319** alunos matriculados no 2º segmento (6º ao 9º ano), atendidos por **36.523** professores e **13.317** funcionários de apoio administrativo. (Fonte: Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro). No interior da rede de educação municipal, os assistentes sociais da RPE atuam nas dez coordenadorias regionais a atendem os quantitativos de unidades escolares, alunos e famílias, conforme o quadro a seguir:

Coordenadorias Regionais de Educação do Município do Rio de Janeiro	Nº de unidades escolares atendidas	Nº de assistentes sociais da RPE	Nº de alunos atendidos	Nº de famílias
1ª CRE	18	18	13724	12352
2ª CRE	21	12	12670	11403
3ª CRE	32	12		
4ª CRE	30	21	27.779	25001
5ª CRE		11	6678	6010
6ª CRE	08	07	4987	4488
7ª CRE	13	13	12723	11451
8ª CRE	13	14	8891	8002
9ª CRE	09	08	7399	6659
10ª CRE	13	06	14167	12750
TOTAL	164	122	109.018	98.116

Dentre as diversas ações desenvolvidas pelos assistentes sociais na RPE, podem: ser destacadas:

- Atendimento e acompanhamento sistemático às famílias e alunos das unidades escolares, colaborando para a garantia do direito ao acesso e permanência do educando na escola;
- Monitoramento e acompanhamento dos educandos em situação de infrequência e evasão escolar;
- Elaboração de relatórios de sistematização do trabalho realizado, contendo análises quantitativas e qualitativas;
- Levantamento dos recursos da área de abrangência e articulação com a Rede Intersetorial;
- Realização de estudos e pesquisas que identifiquem o perfil sócio-econômico-cultural da população atendida, suas demandas, características do território, dentre outras temáticas;
- Realização de reuniões de estudos temáticos, oficinas, estudo de casos, envolvendo a equipe da RPE, professores e equipe diretora/pedagógica da unidade escolar;
- Participação nos espaços dos conselhos de políticas e direitos, fóruns, em especial das áreas da educação, assistência, criança e adolescente e saúde;
- Fortalecimento da parceria com as equipes dos Conselhos Tutelares, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especiais de Assistência Social (CREAS) e unidades de saúde para viabilizar o atendimento e acompanhamento integrado da população atendida;
- Participação semanal nas reuniões de supervisão, estudo de casos e planejamento

4- O PAPEL DOS ASSISTENTES SOCIAIS DA REDE DE PROTEÇÃO AO EDUCANDO NAS QUESTÕES QUE PERPASSAM O COTIDIANO ESCOLAR

A inserção dos assistentes sociais da Rede de Proteção ao Educando na organização do trabalho coletivo das instituições educacionais tem possibilitado o estreitamento da interface entre a política educacional com outras políticas sociais setoriais. Por outro lado, tem também permitido a sistematização de demandas históricas postas pela escola articuladas às situações identificadas pelas equipes em relação aos alunos, suas famílias e os docentes das unidades escolares.

DEMANDAS MAIS APONTADAS PELAS ESCOLAS	SITUAÇÕES MAIS IDENTIFICADAS PELA EQUIPE DA RPE
Dificuldades no processo de ensino-aprendizagem	Dificuldades dos professores no acompanhamento do desenvolvimento dos alunos pelo elevado número destes em sala de aula
Indisciplina	Desgaste emocional e físico dos professores
Infrequência	Orientações quanto às atribuições do Conselho Tutelar
Negligência por parte dos responsáveis	Dificuldade dos responsáveis que trabalham de acompanhar a educação dos filhos
Ausência dos responsáveis na dinâmica escolar	Não pertencimento das famílias ao espaço escolar
Depredação do espaço escolar por parte dos alunos	Violência doméstica
Palestras sobre sexualidade e limites	Envolvimento dos alunos com atos ilícitos
Conflitos nas relações família/escola/aluno	Trabalho infantil
	Conflitos nas relações família/escola/aluno
	Fragilidades na rede familiar/comunitária

Apesar da dimensão sócio-educativa do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais, o mesmo na se confunde com o papel dos educadores.

Isso porque o caráter das suas ações tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso às políticas públicas, bem como o incentivo à participação dos

usuários nos processos sócio-institucionais das unidades escolares para o reconhecimento e ampliação dos seus direitos como sujeitos sociais.

- Possibilitar espaços para reflexões e construções coletivas de estratégias para o enfrentamento dos desafios que surgem no cotidiano escolar;
- Buscar a integração e articulação entre as políticas intersetoriais em seus programas e projetos;
- Contribuir para a integração dos diversos atores sociais envolvidos no processo de educação ampliada (escola, família, comunidade, instituições);
- Incentivar os usuários e trabalhadores à participação cidadã nos conselhos, conferências e fóruns de políticas públicas;
- Fortalecer a gestão democrática e participativa estimulando a participação das famílias, alunos e profissionais da educação nos canais de representação existentes nas Unidades Escolares (Conselho Escola Comunidade, Grêmios, Conselho de Classe, e outros);
- Publicizar informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigidas aos diversos sujeitos envolvidos no trabalho;
- Estimular a expressão das múltiplas manifestações culturais intra e extra muros do universo escolar;
- Acompanhar as famílias inscritas no Programa Bolsa Família nas unidades escolares onde a equipe da RPE estiver inserida;
- Implementação do Projeto “Combate à evasão e infrequência escolar”

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais”. In: *O Serviço Social e a Política Pública de Educação*. 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Lei de Regulamentação da Profissão.

_____. Atribuições do serviço Social na educação

BRASIL. Constituição Federal, 1988.

_____. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, 1993.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, 1990.

_____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS, 2004.

_____. Norma Operacional Básica de Assistência Social– NOBSUAS, 2005.

_____. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS, 2007.

FOLLARI, R.A. “Interdisciplina e dialética: sobre um mal-entendido”. In JANTSCHI, A.P. & **BIANCHETTI, L.** (Orgs). *Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p.138.

GERÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – Diretrizes para o trabalho do Serviço Social na Educação. Rio de Janeiro: GSSE/SIMAS, 2009.

MELO, Ana Inês Simões Cardoso de e **ALMEIDA**, Gláucia Elaine Silva de. “Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional”. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 04. Brasília: CFESS; UnB, 2000.

PEQUENO, Andréia. O Serviço Social e a Educação. Revista Em Foco, edição nº 3, abril de 2006. Rio de Janeiro, Conselho Regional de Serviço Social – 7ª região, 2006.

RPE 1ªCAS/1ª CRE. Plano de trabalho 2009. Rio de Janeiro: Rede de Proteção ao Educando, 2009.